

O DIÁLOGO NA PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

MICHELA FERNANDA GANZELLA MOTA

michela.ganzella@estudante.ufscar.br

Programa de Pós-graduação Profissional em Educação - PPGPE

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Subjetividade e Cultura - GEPESC

LAÍS MIRANDA MORO

lais.miranda@estudante.ufscar.br

Programa de Doutorado em Educação - PPGE

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Subjetividade e Cultura – GEPESC

Eixo Temático 3 – Políticas e práticas de formação dos docentes e gestores escolares.

INTRODUÇÃO

No contexto educacional brasileiro, a gestão escolar democrática é respaldada pela constante atualização dos marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 e o Plano Nacional de Educação nº 13.005/2014. Esses documentos refletem a busca por aprimorar a democracia na educação diante dos desafios enfrentados pelas escolas públicas.

A participação no Conselho Escolar (CE) redefine o conceito da administração escolar ao envolver a sociedade nas decisões do contexto educacional. Nesse sentido, apesar de iniciativas nos níveis estadual e municipal, entendemos que a formação de gestores escolares requer uma política nacional unificada.

Um estudo de caso realizado com a análise documental do CE, ao analisar a dinâmica da atuação dos conselheiros escolares, sob a perspectiva da dinâmica da realidade social (Triviños, 2008), constatou que os fundamentos dos estudos da percepção da totalidade da realidade e do diálogo verdadeiro (Bohm, 1992, 2005) surgem como vias promissoras na formação dos conselheiros escolares, em especial, do diretor escolar como líder transformacional (Zambello, et al, 2019), para fortalecer a participação e contribuir com o exercício da cidadania na gestão escolar democrática.

A COMPREENSÃO DINÂMICA DA REALIDADE SOCIAL

No contexto da gestão democrática, o CE representa um espaço de ação coletiva entre a comunidade escolar, sociedade civil e Estado, proposto para a tomada de decisões coletivas em benefício de todos os envolvidos na educação pública.

Sob a perspectiva da compreensão dinâmica da realidade social, que considera a historicidade e a interconexão dos fenômenos sociais (Triviños, 2008), o estudo de caso evidenciou que a participação no CE, além de marcada pela ausência do segmento de pais/responsáveis, reflete decisões interconectadas do pensamento participativo com o pensamento literal para atender às demandas determinadas pelo Estado.

Entretanto, o diálogo verdadeiro (Bohm, 2005) destaca-se como elemento positivo na transição da administração para a gestão escolar na dinâmica da atuação dos conselheiros escolares, sobretudo, na formação do diretor escolar, por apresentar-se intrinsecamente ligada à liderança transformacional (Zambello, et al, 2019). As evidências dessa interação sugerem potencial contribuição para transformar a realidade cultural, política e social da participação na gestão escolar.

A DINÂMICA DA ATUAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESCOLARES

A gestão democrática, como espaço de construção coletiva, busca promover políticas públicas alinhadas às diretrizes nacionais da educação, envolvendo a participação da sociedade em instâncias como o CE. A compreensão dessa dinâmica exige uma visão abrangente da realidade histórica, política, cultural e social da participação nos conselhos gestores, originados pela CF Cidadã de 88.

Os estudos de Gohn (2019) apresentam os movimentos sociais como responsáveis pela criação dos conselhos gestores, destacando a importância do diálogo interativo e da participação qualificada para legitimar o CE como gestor da escola pública. Nesse contexto, a ausência de definições claras sobre as atribuições dos conselheiros escolares e o desconhecimento sobre política e administração pública enfraquecem o diálogo com o Estado, prejudicando o atendimento às demandas sociais e o exercício da cidadania.

Em contrapartida, Carvalho (2002) descortina que, ao contrário de outros países, a cidadania no Brasil foi construída gradualmente por concessões estatais, refletindo na

atuação dos conselhos gestores como colaboradores em decisões nas ações políticas e administrativas que conferem maior autoridade ao Estado.

Esses estudos convergem na importância do engajamento da sociedade para a construção de uma cultura democrática que abrange questões políticas, civis e sociais, enfatizando a participação ativa nos conselhos gestores como elemento fundamental para fortalecer a democracia, exercer a cidadania e buscar a equidade político-social.

Nessa perspectiva, com o propósito de promover a participação ativa no CE, ao analisar a dinâmica da atuação dos conselheiros escolares, foram adotadas as teorias de Bohm (2001, 2005), que destacam que crenças e padrões de pensamentos limitados resultam na percepção fragmentada da realidade, que pode ser superada por meio da suspensão desses pressupostos e a construção de significados comuns por meio do diálogo verdadeiro em reuniões de grupos. Esse método busca uma compreensão coletiva ampla, onde o significado compartilhado é dinâmico e evolui pela interação entre os participantes por meio da suspensão de julgamentos e crenças pessoais, da disposição para explorar a diversidade de ideias e da criação de um espaço colaborativo de escuta atenta e respeitosa.

Conjuntamente, considera ser imprescindível analisar os diferentes tipos de pensamentos. O “pensamento literal”, na burocracia e nas hierarquias modernas, tratam as pessoas como objetos, limitando a participação. O "pensamento participativo" percebe fronteiras permeáveis, reconhecendo as relações e vendo o mundo como vitalmente participativo. Bohm (2005) sugere equilibrar o pensamento literal com o pensamento participativo para enfrentar os desafios coletivos contemporâneos. Entretanto, define que o pensamento participativo valoriza a contribuição individual, mas, o pensamento coletivo, por envolver a harmonização das perspectivas em uma visão compartilhada, é o pensamento ideal para a construção de ambientes colaborativos e tomadas de decisões coletivas nas reuniões em grupo.

CONCLUSÕES

As considerações finais desse estudo enfatizam a compreensão da dinâmica complexa da influência histórica entre a cultura e a legislação que molda normas e comportamento sociais. A efetividade do CE na gestão escolar está intrinsecamente ligada à participação ativa dos conselheiros escolares, a mecanismos de formação e a promoção

de uma cultura de diálogo qualificado. Estabelecer parâmetros que compreendam o espaço da política e da administração pública, mostrou-se relevante para fortalecer a interlocução entre representantes da comunidade escolar e do Estado para o estabelecimento de uma política pública unificada na formação dos gestores escolares.

A ausência de representação da comunidade externa e a tomada de decisões pelos representantes do Estado nas reuniões do CE, indicaram características de administração escolar, apesar de evidências de transformação na atuação da direção escolar em relação a participação coletiva, considerando os conceitos da teoria do diálogo verdadeiro.

Ao analisar a dinâmica da atuação dos conselheiros escolares, destaca-se a importância do processo participativo no CE ao considerar a percepção da totalidade da dinâmica da realidade social e a formação fundamentada no diálogo verdadeiro. Esse processo pode superar desafios culturais, sociais e políticos como a inclusão da diversidade de ideias, a equidade político-social e o reconhecimento da corresponsabilidade pela gestão na educação.

Além disso, ponderam a preservação de elementos indispensáveis da administração escolar na evolução de novos conceitos e estruturas, como o papel do diretor escolar na liderança transformacional da gestão escolar democrática.

A percepção da totalidade da realidade, associada ao diálogo verdadeiro (Bohm, 2005), emerge como uma possibilidade na construção de um novo paradigma na dinâmica da atuação dos conselheiros escolares, propondo harmonizar as contradições entre a administração e a gestão escolar e favorecer novas possibilidades de estudos sobre a participação no campo das Ciências Humanas e Sociais.

REFERÊNCIAS

BOHM, David. **A totalidade e a ordem implicada**. São Paulo, SP: Cultrix, 2001.

BOHM, David. **Diálogo: comunicação e redes de convivência**. São Paulo, SP: Palas Athena, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** – Artigos 205º a 214º e artigo 60º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Emenda 14/96.

_____. **Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: editora do Brasil, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil - O longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Participação e Democracia no Brasil.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

ZANBELLO, Beatriz Lopes et al. **ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR: DO DIRETOR AO GESTOR.** In: Anais Eletrônico do XI EPCC - Encontro Internacional de Produção Científica. Anais. Maringá(PR) UNICESUMAR, 2019.